



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 291, DE 1995**  
(Do Sr. Osvaldo Reis e outros)

Dã nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do artigo 14 da Constituição Federal, tornando o voto facultativo.

(APENSE-SE À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 190/94)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do Art. 60, da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Artigo Único. O Inciso I do § 1º do Art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14.....

§ 1º - O alistamento eleitoral e o voto são:

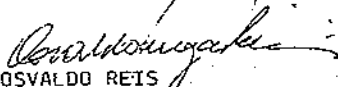
Inciso I - Facultativo para os maiores de Dezes seis anos.

Inciso II - Suprimir.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta de emenda a constituição visa dar credibilidade ao eleitor de manifestar o seu voto sem a obrigatoriedade; evitando assim, que ao votar o eleitor o faça de modo nulo ou branco, em desagrado a condição que lhe é imposta.

Sala das Sessões, 26 de Outubro de 1995.

  
OSVALDO REIS  
Deputado Federal

ABELARDO LUPION  
ADHEMAR DE BARROS FILHO  
ADROALDO STRECK  
AGNALDO TIMOTEO  
ALBERICO FILHO  
ALBERTO GOLDMAN  
ALCESTE ALMEIDA  
ALEXANDRE CERANTO  
ALVARO GAUDENCIO NETO  
ANA JULIA  
ANIBAL GOMES  
ANTONIO BALHMANN  
ANTONIO BRASIL  
ANTONIO FEIJAO  
ARMANDO ABILIO  
ARMANDO COSTA  
AROLDO CEDRAZ  
ARTHUR VIRGILIO  
AUGUSTO CARVALHO  
AUGUSTO FARIAS  
AUGUSTO NARDES  
AUGUSTO VIVEIROS  
B. SA  
BENEDITO DE LIRA  
BENEDITO DOMINGOS  
BENEDITO GUIMARAES  
BETINHO ROSADO  
CARLOS AIRTON  
CARLOS APOLINARIO  
CARLOS MELLER  
CARLOS NELSON  
CECI CUNHA  
CHICAO BRIGIDO  
CHICO DA PRINCESA  
CHICO VIGILANTE  
CIRO NOGUEIRA  
CORIOLANO SALES  
CUNHA BUENO  
CUNHA LIMA  
DARCISIO PERONDI  
DAVI ALVES SILVA  
DE VELASCO  
DILCEU SPERAFICO  
DILSO SPERAFICO  
DOLORES NUNES  
EDINHO BEZ  
EDUARDO BARBOSA  
EYFRAYM MORAIS  
ELIAS MURAD  
ELISEU MOURA  
EMERSON OLAVO PIRES  
ENIO BACCI  
ENIVALDO RIBEIRO  
EURICO MIRANDA  
EURIPEDES MIRANDA  
EXPEDITO JUNIOR  
EZIDIO PINHEIRO  
FATIMA PELAES  
FEU ROSA

FIRMO DE CASTRO  
FLAVIO ARNS  
FLAVIO DERZI  
FRANCISCO HORTA  
FRANCISCO SILVA  
FREIRE JUNIOR  
GENESIO BERNARDINO  
GERVASIO OLIVEIRA  
GIOVANNI QUEIROZ  
GONZAGA PATRIOTA  
HELIO ROSAS  
HERMES PARCIANELLO  
HILARIO COIMBRA  
IBRAHIM ABI-ACKEL  
JAIME MARTINS  
JAIR BOLSONARO  
JAYME SANTANA  
JOAO ALMEIDA  
JOAO IENSEN  
JOAO MAIA  
JOAO RIBEIRO  
JORGE ANDERS  
JOSE ALDEMIR  
JOSE BORBA  
JOSE CARLOS ALELUIA  
JOSE CARLOS VIEIRA  
JOSE DE ABREU  
JOSE JANENE  
JOSE LINHARES  
JOSE PRIANTE  
JOSE REZENDE  
JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS  
JOSE THOMAZ NONO  
JULIO REDECKER  
LAURA CARNEIRO  
LEONEL PAVAN  
LIDIA QUINAN  
LUCIANO CASTRO  
LUIZ BARBOSA  
LUIZ BUAIZ  
LUIZ CARLOS HAULY  
LUIZ DURAO  
LUIZ FERNANDO  
LUIZ GUSHIKEN  
MAGNO BACELAR  
MALULY NETTO  
MARCIO FORTES  
MARCIO REINALDO MOREIRA  
MARCONI PERILLO  
MARCOS MEDRADO  
MARIO NEGROMONTE  
MAURI SERGIO  
MAURICIO NAJAR  
MAURO LOPES  
MENDONCA FILHO  
MURILO PINHEIRO  
NAN SOUZA

NELSON MARQUEZELLI  
NEWTON CARDOSO  
NOEL DE OLIVEIRA  
ODELMO LEAO  
OLAVIO ROCHA  
OSVALDO BIOLCHI  
PAULO BAUER  
PAULO BORNHAUSEN  
PAULO FEIJO  
PAULO GOUVEA  
PAULO HESLANDER  
PAULO MOURAO  
PAULO PAIM  
PAULO RITZEL  
PAULO TITAN  
PEDRINHO ABRAO  
PEDRO CORREA  
PEDRO NOVAIS  
PIMENTEL GOMES  
RAQUEL CAPIBERIBE  
RAUL BELEM  
REGIS DE OLIVEIRA  
RICARDO BARROS  
RICARDO HERACLIO  
RITA CAMATA  
ROBERTO ARAUJO  
ROBERTO BALESTRA  
ROBERTO BRANT  
ROBERTO FONTES  
ROBERTO JEFFERSON  
ROBERTO PAULINO  
ROBERTO PESSOA  
ROBERTO VALADAO  
ROGERIO SILVA  
RONIVON SANTIAGO  
RUBENS COSAC  
SALATIEL CARVALHO  
SALOMAO CRUZ  
SANDRO MABEL  
SERGIO BARCELLOS  
SILAS BRASILEIRO  
SIMARA ELLERY  
TALVANE ALBUQUERQUE  
TELMO KIRST  
TETE BEZERRA  
THEODORICO FERRACO  
UBALDINO JUNIOR  
UDSON BANDEIRA  
VALDENOR GUEDES  
VALDIR COLATTO  
VANESSA FELIPPE  
VICENTE ARRUDA  
WELINTON FAGUNDES  
WILSON CUNHA  
ZE GERARDO  
ZE GOMES DA ROCHA

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Seção de Atas

Ofício nº 446/95

Brasília, 12 de dezembro de 1995.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à  
Constituição, do Senhor Osvaldo Reis, que "Dá nova redação ao Inciso I, do § 1º do

Art. 14 da Constituição Federal, tomando o voto facultativo", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

173 assinaturas válidas;  
006 assinaturas que não conferem;  
012 assinaturas repetidas; e  
005 assinaturas de Deputados licenciados.

Atenciosamente,

  
EGIDIO ALMEIDA ANDRADE  
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor  
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA  
Secretário-Geral da Mesa  
N E S T A

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CELI"

# CONSTITUIÇÃO

## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

### TÍTULO II

#### DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

### CAPÍTULO IV

#### DOS DIREITOS POLÍTICOS

\*Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I – plebiscito;
- II – referendo;
- III – iniciativa popular.

§ 1.º O alistamento eleitoral e o voto são:

- I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos;
- II – facultativos para:
  - a) os analfabetos;
  - b) os maiores de setenta anos;
  - c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

# CONSTITUIÇÃO

## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

---

TÍTULO IV  
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

---

CAPÍTULO I

DO PODER LEGISLATIVO

---

SEÇÃO VIII

DO PROCESSO LEGISLATIVO

---

SUBSEÇÃO II

DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1.º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2.º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3.º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4.º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5.º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

---